

PROJETO DE LEI N.º 2.317-A, DE 2024

(Do Sr. General Girão)

Altera as Leis 14.597, de 14 de junho de 2023, 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e a 9.615, de 24 de março de 1998, para dispor sobre a cassação do registro de atleta profissional condenado por crime de racismo; tendo parecer da Comissão do Esporte, pela rejeição (relator: DEP. MAURICIO DO VÔLEI).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

ESPORTE; E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

SUMÁRIO

- I Projeto inicial
- II Na Comissão do Esporte:
 - Parecer do relator
 - Parecer da Comissão

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. GENERAL GIRÃO)

Altera as Leis 14.597, de 14 de junho de 2023, 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e a 9.615, de 24 de março de 1998, para dispor sobre a cassação do registro de atleta profissional condenado por crime de racismo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.597/23, de 14 de junho de 2023, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 184-A:

"Art. 184-A. O atleta profissional condenado por racismo terá seu registro cassado pela Justiça Desportiva. (NR)"

Art. 2° O art. 20 da Lei n° 7.716, de 5 de janeiro de 1989, fica acrescido do seguinte § 2° -C:

"A	rt. 20		 	 		
_				praticado ada a cass	•	
reç		•		615, de 24	,	
			 	 		(NR)"

Art. 3° O art. 50 da Lei n° 9.615, de 24 de março de 1998, fica acrescido do seguinte § 6°:

'Art. 50	
----------	--

§ 6° O atleta profissional condenado por crime de racismo deverá ter seu registro cassado pela Justiça Desportiva. (NR)"

Art. 4°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





Apresentação: 11/06/2024 19:23:31.290 - Mesa

JUSTIFICAÇÃO

Os lamentáveis episódios de racismo da torcida e de atletas de outros clubes, sofrido pelo atacante da seleção brasileira, Vinícius Júnior, jogador do Real Madrid, chamaram a atenção do Parlamento brasileiro, onde vários deputados e senadores utilizaram o Plenário para manifestar o repúdio à conduta criminosa ocorrida em desfavor do jogador brasileiro. Nessa ocasião, inclusive, foram apresentados mais de dez requerimentos de solidariedade ao jogador brasileiro e de repúdio à Liga Espanhola.

O atleta Vinicius Júnior foi alvo de insultos racistas em um jogo do Campeonato e acabou expulso da partida. O episódio gerou uma onda de solidariedade entre autoridades brasileiras e cobranças de ações contra o racismo por parte da Liga Espanhola.

Importante destacar que as autoridades demonstraram sua atenção quanto ao tema, entretanto, a principal norma que regulamenta o desporto no Brasil não trata do assunto com a devida rigorosidade que clama o atual contexto.

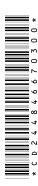
O Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD) é um ato normativo editado pelo Conselho Nacional do Esporte desde 2003, criado por meio de Resolução (Resolução CNE nº 29 de 2009) que é utilizado para gerenciar, organizar e punir atletas infratores no Brasil, junto às justiças desportivas estaduais e ao junto Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD).

Diante das condenações recentes dos responsáveis pelos atos odiosos de racismo na Espanha, resta a extrema importância de adoção de medidas mais severas no Brasil para passar a mensagem ao mundo que o País do Futebol não aceita racismo em seu desporto.

Atualmente, embora existam penalidades criminais para casos de racismo, não há sanções específicas mais contundentes para punir disciplinar e administrativamente um atleta profissional que cometa esse crime.

Face ao exposto, fez-se necessária a propositura deste Projeto de Lei, que tem a finalidade de criar a pena de cassação do registro de atleta profissional condenado por crime de racismo. Por isso, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para a rápida aprovação deste Projeto de Lei.





Sala das Sessões, em 11 de junho de 2024.

Deputado GENERAL GIRÃO







CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 14.597, DE 14 DE	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:202306-
JUNHO DE 2023	14;14597
LEI N° 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:198901-05;7716
LEI Nº 9.615, DE 24 DE	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199803-
MARÇO DE 1998	24;9615

COMISSÃO DO ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 2.317, DE 2024

Altera as Leis 14.597, de 14 de junho de 2023, 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e a 9.615, de 24 de março de 1998, para dispor sobre a cassação do registro de atleta profissional condenado por crime de racismo".

Autor: Deputado GENERAL GIRÃO

Relator: Deputado MAURICIO DO VÔLEI

I - RELATÓRIO

Este projeto de lei tem por objetivo determinar a cassação do registro de atleta profissional condenado por crime de racismo. Para isso, promove as seguintes alterações legais:

- Insere o art. 184-A na Lei nº 14.597¹, de 14 de junho de 2023:

"Art. 184-A. O atleta profissional condenado por racismo terá seu registro cassado pela Justiça Desportiva. (NR)"

- Insere o § 2°-C no art. 20 da Lei nº 7.716², de 5 de janeiro de 1989:

"Art. 20.

- Insere o § 6º no art. 50 da Lei nº 9.615³, de 24 de março de 1998:

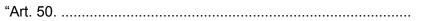
³ Lei que dispõe sobre normas gerais do desporto.





¹ Lei Geral do Esporte.

² Lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.



§ 6° O atleta profissional condenado por crime de racismo deverá ter seu registro cassado pela Justiça Desportiva. (NR)"

Na Justificação, o autor da matéria defende a adoção de medidas severas, como a de punir disciplinar e administrativamente o atleta profissional que comete o crime de racismo.

A matéria encontra-se distribuída à Comissão do Esporte (CESPO), para exame conclusivo de mérito; e à Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania (CCJC), para exame sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, em parecer terminativo.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O racismo é prática vexatória que deve ser incansavelmente combatida. O repúdio ao racismo é um dos princípios da República Federativa do Brasil⁴ e a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão⁵. No âmbito esportivo, normas antidiscriminatórias, de natureza disciplinar, regem os campeonatos profissionais e estabelecem duras penalidades aos infratores.

O Código Brasileiro de Justiça Desportiva, no art. 243-G, estabelece a penalidade de suspensão para quem praticar ato discriminatório, desdenhoso ou ultrajante, relacionado a preconceito em razão de origem étnica, raça, sexo, cor, idade, condição de pessoa idosa ou de pessoa com deficiência. A suspensão pode ser de cinco a dez partidas, se o infrator for atleta, médico ou membro de comissão técnica, e de cento e vinte a trezentos e sessenta dias, se pessoa natural submetida ao código, além de multa, em ambos os casos.

⁵ Art. 5°, XLII, Constituição Federal.





⁴ Art. 4°, VIII, Constituição Federal.

A par disso, a entidade de prática esportiva também pode ser penalizada com perda de pontos, de mando de campo, de exclusão de campeonato (se não houver pontuação), se a infração for praticada simultaneamente por considerável número de pessoas a ela vinculadas. A pena de multa também poderá ser aplicada à entidade de prática esportiva cuja torcida praticar atos discriminatórios, e os torcedores identificados poderão ficar proibidos de ingressar na respectiva praça esportiva pelo prazo mínimo de setecentos e vinte dias.

Para reforçar o combate ao racismo, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) também prevê penalidades contra atos racistas no Regulamento Geral das Competições (RGC) que organiza. No RGC de 2024, está prevista a perda de pontos nos casos de infração de cunho discriminatório, considerado de extrema gravidade. A reincidência poderá dar causa à multa pecuniária máxima ser aplicada, e em dobro.

Observe-se ainda que mudanças anunciadas este ano pela Federação Internacional de Futebol – FIFA, no 74º Congresso Anual da entidade, demonstram que está em curso no futebol movimento para combater essa mazela. O documento publicado pela entidade com as novas diretrizes estabelece protocolo para combater o racismo no futebol, que inclui a definição de atitudes consideradas racistas, com as respectivas punições; a proposta de adoção de gesto específico para avisar o árbitro sobre injúrias de racismo; a adoção de sanções como a de suspensão de partida e declaração de derrota para a equipe infratora. Todas as 211 federações filiadas à Fifa deverão adotar as regras em seus códigos disciplinares⁶.

Como se pode observar, além de o ordenamento jurídico brasileiro tratar o racismo como crime imprescritível e inafiançável, sujeito a pena de reclusão, a área esportiva encontra-se na direção de estabelecer e aprimorar normativos que penalizam práticas discriminatórias, inclusive as racistas.

Disponível em: https://www.poder360.com.br/esportes/fifa-cria-protocolo-para-combater-racismo-empartidas-de-futebol/ Acesso em 19 de setembro de 2024.





Com relação à proposta de caçar o registro profissional do atleta condenado por ato de racismo, ou seja, de suspensão definitiva ou banimento do esporte, ela nos parece excessiva pelas seguintes razões. Em primeiro lugar, a pena de reclusão na condenação por crime de racismo impede a atividade profissional do atleta, bem como os treinamentos que o colocam em patamar competitivo. Já é severa do ponto de vista profissional e pode ter caráter pedagógico. Em segundo, a suspensão definitiva assemelhase a uma pena perpétua, em que não há uma segunda chance de redenção dos atos condenados, além de ser vedada em nosso ordenamento jurídico. Em terceiro, ao impedir a atuação profissional do atleta no esporte em que atua, prejudica o seu sustento e a de sua família.

Feitas essas considerações, apesar das meritórias intenções do nobre autor da matéria, o caminho mais apropriado no caso em exame é a rejeição da proposição.

Dessa forma, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei (PL) nº 2.317, de 2024, do Deputado GENERAL GIRÃO.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado MAURICIO DO VÔLEI
Relator

2024-12709







Câmara dos Deputados

COMISSÃO DO ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 2,317, DE 2024

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão do Esporte, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela rejeição do Projeto de Lei nº 2,317/2024, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Mauricio do Vôlei.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Antonio Carlos Rodrigues - Presidente, Helena Lima - Vice-Presidente, Flávia Morais, José Rocha, Luiz Lima, Mauricio do Vôlei, Nely Aquino, Airton Faleiro, André Figueiredo, Bebeto, Beto Pereira, Coronel Chrisóstomo, Delegado Fabio Costa, Dr. Luiz Ovando, Icaro de Valmir e Roberta Roma.

Sala da Comissão, em 04 de dezembro de 2024.

Deputado ANTONIO CARLOS RODRIGUES Presidente



FIM DO DOCUMENTO